

INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES
(CURSO DE PROMOÇÃO A OFICIAL SUPERIOR - MARINHA)

(2007-2008)



BREVE ESTUDO / CPOS-M

DOCUMENTO DE TRABALHO

O TEXTO CORRESPONDE A TRABALHO FEITO DURANTE A FREQUÊNCIA DO CURSO NO IESM SENDO DA RESPONSABILIDADE DO SEU AUTOR, NÃO CONSTITUINDO ASSIM DOUTRINA OFICIAL DA MARINHA PORTUGUESA.

**GUERRA CIVIL DE ESPANHA - ASPECTOS ESTRATÉGICOS DA GUERRA
NAVAL E SUA REPERCUSSÃO NA MARINHA PORTUGUESA**

ANTÓNIO OLIVEIRA ANÃO
PRIMEIRO TENENTE MN



INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES

**GUERRA CIVIL DE ESPANHA - ASPECTOS
ESTRATÉGICOS DA GUERRA NAVAL E SUA
REPERCUSSÃO NA MARINHA PORTUGUESA**

António Oliveira Anão

1º Tenente

Breve Estudo / CPOS-M

IESM - 2008



INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES

**GUERRA CIVIL DE ESPANHA - ASPECTOS
ESTRATÉGICOS DA GUERRA NAVAL E SUA
REPERCUSSÃO NA MARINHA PORTUGUESA**

António Oliveira Anão

1º Tenente

Breve Estudo / CPOS-M

Orientador:

Capitão Tenente Mata Gaspar

IESM - 2008

Duas palavra de agradecimento,

ao Comandante Mata Gaspar, pela aprovação do tema, orientação e sugestões sempre oportunas; ao Comandante Costa Canas, pelo interesse manifestado, sustentado no gosto comum pela História.

Que a forma final deste trabalho mereça as suas expectativas.

The first casualty, when war comes, is truth

Hiram Johnson

Índice

Nota Prévia	iv
Resumo	v
Abstract.....	vi
Palavras-chave	vii
Breve referência às causas e antecedentes da Guerra Civil.....	1
O pronunciamento militar de 1936.....	1
A Marinha Espanhola e a sua divisão.....	2
Enquadramento estratégico e principais operações das marinhas beligerantes.....	3
A importância estratégica de Portugal e o envolvimento da Armada	7
Conclusões.....	9
Anexo I – Quadros.....	12
Anexo II – Mapas	17
Bibliografia.....	20
Notas.....	22

Nota Prévia

Com o presente trabalho, realizado no âmbito do Curso de Promoção a Oficial Superior, propusemo-nos, sob a forma sintética de “Breve Estudo”, analisar as principais linhas estratégicas que determinaram as operações navais durante a Guerra Civil de Espanha. Perante as inevitáveis repercussões que este conflito teve em Portugal, procurámos igualmente investigar e aprofundar aspectos particulares, eventualmente menos conhecidos, que directa ou indirectamente, se relacionaram com a Marinha portuguesa. Sem prejuízo de uma abordagem pontual a aspectos operacionais ou mesmo de ordem táctica, imprescindíveis para o enquadramento histórico, optámos, dada a concisão formal exigida, por remetê-los para notas de referência, procurando salientar no corpo do texto uma abordagem essencialmente estratégica dos acontecimentos. Assumimos claramente que esta “visão estratégica” se encontra pouco acessível na generalidade da historiografia consultada, que deveria, em nossa opinião, atribuir-lhe uma abordagem mais aprofundada, suportada por investigação em fontes primárias, nomeadamente nos arquivos de ambas as Marinhas. Fica, neste âmbito, o repto para investigações futuras.

Mais de setenta anos passados sobre o seu início, a Guerra Civil de Espanha mantém vivas muitas polémicas que desde a sua génese interessaram os que, das mais variadas formas, se dedicaram à sua análise e interpretação. Conscientes deste facto, procurámos manter o distanciamento e objectividade possíveis, assumindo no entanto as nossas naturais limitações. As paixões suscitadas pelo conflito, alicerçadas fundamentalmente em cosmovisões políticas, perscrutam-se ainda hoje facilmente na generalidade das opiniões registadas, não sendo difícil perceber, mesmo na historiografia de referência, visões claramente conotadas e frequentemente antagónicas. Não duvidamos que não foi ainda atingida a necessária distância focal para uma análise fria e imparcial dos terríveis acontecimentos que assolaram a Espanha durante este período. A título de exemplo, no âmbito semântico, a designação dos beligerantes, reveste-se nas inúmeras formas possíveis, de conotações ideológicas por vezes perfeitamente evidentes e às quais não é possível escapar. Optámos neste trabalho pelas expressões “nacionalista” e “republicano” ou, na fase inicial do conflito, por “sublevado” e “governamental”, que apesar redutoras, nos pareceram as mais “neutras” e de designação mais habitual.

Admitidas as anteriores premissas, procurámos essencialmente centrar-nos na descrição dos factos que nos pareceram mais relevantes, recusando, na medida das nossas possibilidades, uma visão entre bons e maus, verdade e mentira ou vencedores e vencidos. Propomos que o leitor interessado por estes temas seja o nosso melhor avaliador.

Resumo

As operações navais conduzidas durante a Guerra Civil de Espanha constituem, habitualmente, um aspecto menos valorizado do conflito, em particular quando confrontadas com a magnitude das operações terrestres. Cientes da sua importância no desfecho militar global, procurámos investigar e sintetizar os principais aspectos estratégicos que enquadraram a guerra naval durante o conflito bem como a sua articulação com o cenário militar global. Neste âmbito, procedemos à análise dos principais meios materiais e humanos disponíveis em ambas as esquadras, sua evolução no decurso da guerra e seu emprego nos principais cenários operacionais. Dada a importância que o conflito assumiu para o estado português vigente e a prática de colaboração activa com um dos contendores, particularizámos igualmente a investigação sobre elementos da política naval portuguesa na sua interacção com o desenrolar do conflito. Procurámos sintetizar os reflexos que a situação política na República Espanhola e as causas próximas da Guerra Civil tiveram na definição da política naval portuguesa e sua subordinação ao programa de rearmamento do exército. Salientam-se, entre outros, aspectos como a “revolta dos marinheiros” de 1936 e suas consequências, as operações navais de repatriamento em portos espanhóis, a facilitação de portos portugueses para abastecimento de material de guerra e o apoio logístico directo à esquadra nacionalista no início da guerra.

Abstract

The major naval operations during the Spanish Civil War constitute a less valued trait of the conflict, in particular when compared with the magnitude of the land operations. Knowledgeable of their importance in the final military outcome, our purpose was to synthesize the main strategical aspects that framed the naval war during the conflict, making reference to their interaction with the global military scene. In this scope, we analyze the human means and the major units used by the opposing sides, as well as their employment in the naval theatres. Given the importance that the conflict assumed for Portugal and the known collaboration of its government with the nationalist faction, we explored elements of the portuguese naval policy and their interaction with the evolution of the conflict. There are references to less well-known aspects of portuguese naval history, like the cancelation of the thirties naval program and subsequent prioritization to the army rearmament, the “sailors revolt” of 1936 and its consequences, the naval operations of repatriation in spanish ports, the use of portuguese ports for logistic supply of the spanish nationalist army, and the direct logistic support of the nationalist navy in the beginning of the war.

Palavras-chave

- Guerra Civil de Espanha
- Estratégia
- Marinha Portuguesa
- História naval
- História militar

Breve referência às causas e antecedentes da Guerra Civil

Em Espanha, após um período de ditadura protagonizado pelo General Primo de Rivera, a monarquia cairá pacificamente em 1931 sucedendo-se o exílio do rei Afonso XIII. As causas próximas da guerra civil espanhola, ainda hoje polémicas e pouco consensuais, podem enquadrar-se fundamentalmente numa radicalização da vida política e social que se agudizará progressivamente nos anos subsequentes. Este período caracterizar-se-á por uma acentuada deterioração do convívio social e do ambiente parlamentar, que tendem a extremar-se, conduzindo a enfrentamentos políticos, nem sempre dialécticos, com graves repercussões para a manutenção da legalidade constitucional. Após a vitória nas eleições de Fevereiro de 1936 da Frente Popular, aglomerado de forças de esquerda composto por radicais, socialistas, anarquistas e comunistas, o clima de instabilidade será acentuado. Verificam-se múltiplas greves gerais, ocupações de terras, queima de igrejas, formação de milícias populares e, em paralelo com a tentativa de instalação de um ambiente “pré-revolucionário” pela esquerda radical, pressente-se a possibilidade de um pronunciamento militar de inspiração conservadora e autoritária.

O pronunciamento militar de 1936

Perante o ambiente de suspeição suscitado pelos militares, o governo liderado por Manuel Azaña, procurará neutralizar os generais com maior influência no meio castrense destacando-os para regiões afastadas dos principais centros de poder. Ainda assim, em Março de 1936 reunir-se-ão em Madrid oito destacados generais espanhóis, entre os quais Francisco Franco Bahamonde, colocado nas ilhas Canárias e Inácio Mola colocado em Pamplona, sendo acordados pormenores sobre as possíveis operações a desenvolver e atribuída a chefia a José Sanjurjo, general exilado em Portugal após uma tentativa falhada de golpe de estado em 1932. Os acontecimentos precipitam-se, coincidindo com o homicídio do líder parlamentar conservador Calvo Sotelo a 13 de Julho¹. A 18 do mesmo mês, Mola, após várias hesitações e com bastante incerteza quanto aos apoios esperados, desencadeia o *Alzamiento* nas principais unidades militares do continente, precedido 24 horas antes pela sublevação do Exército Espanhol de Marrocos estacionado em Melilla, já então comandado por Franco que aí chegará a 19 de Julho. A estratégia de Mola compreende o levantamento das principais unidades militares do país e a sua união através de um golpe centrípeto, partindo das divisões

estacionadas em Valência, Saragoza, Burgos e Pamplona, convergindo para a sede do governo em Madrid, às quais se juntará o Exército de Marrocos desembarcado em Algeciras e Málaga. Os resultados imediatos não são, no entanto, os esperados, dada a hesitação de muitos comandos intermédios e a rápida reacção de forças de segurança afectas à República que associadas a milícias populares conseguem sufocar muitas guarnições militares. Em fins de Julho, Espanha encontrar-se-á fracturada em duas regiões, com algumas unidades sublevadas, dispersas em território adverso, procurando resistir *à outrance* aos assaltos das forças leais à República. A zona sublevada, territorialmente dividida, compreenderá as ilhas (excepto Menorca), a norte a Galiza, Castela-Leão, Rioja, Navarra e Aragão e a sul algumas guarnições na Andaluzia bem como o Estreito de Gibraltar. A zona governamental, também separada, compreenderá a Catalunha, País Basco, Cantábria, Astúrias, Extremadura, Mancha, Levante e região de Múrcia. Madrid e Barcelona, bem como os principais centros industriais ficarão em posse das forças afectas à República, que possui, nesta fase, aproximadamente 60% da população e do território. Os recursos do exército serão repartidos de forma relativamente equitativa, ainda que muito dispersa no caso dos sublevados, ficando a quase totalidade das unidades navais, bem como a aviação em posse das forças republicanas. O eventual sucesso do *Alzamiento* ficará assim particularmente dependente do transporte para a Espanha continental das unidades do exército, estacionadas no protectorado espanhol de Marrocos².

A Marinha Espanhola e a sua divisão

Em 1936 a Marinha espanhola, fruto de um ambicioso programa de construção naval, constitui uma força bem apetrechada, se bem que de segundo plano em relação às grandes potências europeias. O número de unidades navais é considerável e, na generalidade, a esquadra possui navios modernos e bem equipados, nomeadamente 2 couraçados, 7 cruzadores (4 operacionais, 2 em construção e 1 desactivado), 17 *destroyers* (12 terminados e 5 em construção adiantada), 12 submarinos e numerosos navios auxiliares como canhoneiras, torpedeiros, draga-minas, vedetas, etc. As principais bases navais encontram-se em Ferrol e Cartagena, salientando-se ainda a Base de San Fernando (Cádiz), com menor dimensão mas de grande importância estratégica, dada a proximidade do Estreito.

Perante as primeiras notícias de rebelião militar a esmagadora maioria dos oficiais da Marinha apoiará a sublevação³, embora só um número muito reduzido de Almirantes e Comandantes de unidades navais tenha sido informado ou esteja directamente implicado. Por outro lado, as

guarnições de marinheiros e cabos encontrar-se-ão, em regra, fortemente politizadas e, na eminência de um provável golpe de estado, organizadas em “comités antifascistas” dispostos a neutralizar qualquer tentativa sediciosa. No decurso dos acontecimentos, após a tentativa da generalidade dos comandos em aderir à sublevação, registar-se-ão enfrentamentos violentos levando à sua deposição e na generalidade dos casos ao fuzilamento imediato ou nos meses subsequentes⁴. As bases de Ferrol (onde se encontram em construção os cruzadores *Canárias* e *Baleares*) e São Fernando serão dominadas pelas tropas rebeldes, permanecendo Cartagena em mãos governamentais. Perante a falência dos comandos na generalidade dos navios, a esquadra será dividida de forma muito desigual, contando a República com a esmagadora maioria das unidades, nomeadamente 1 couraçado (*Jaime I*), 3 cruzadores (*Libertad*, *Miguel Cervantes*, *Méndez Núñez*), 16 *destroyers*, a totalidade dos 12 submarinos, 20 navios auxiliares de menor tonelagem e a quase totalidade da aviação naval. Do lado nacionalista restarão, nesta fase, apenas o couraçado (*España*), 1 cruzador (*Almirante Cervera*), 1 *destroyer* (*Velasco*) bem como 16 unidades auxiliares.

Enquadramento estratégico e principais operações das marinhas beligerantes

Com o pronunciamento militar, a primeira preocupação estratégica do governo republicano consistirá em impedir a passagem de tropas estacionadas em Marrocos para a costa andaluza. Dada a separação inicial dos territórios em seu poder e o falhanço nas principais cidades, a sorte do *halzamiento* parece desde logo comprometida. O pequeno (25.000 homens) mas bem treinado Exército de Marrocos, constitui um elemento estratégico fundamental que, uma vez unido às tropas sublevadas na Andaluzia permitirá consolidar as suas posições e conseguir a união com o exército de Mola a norte. Consciente deste perigo, o governo republicano coloca logo a 18 de Julho dois *destroyers* frente a Melilla e um frente a Ceuta⁵, reforçando a presença naval no Estreito nos dias subsequentes com o couraçado *Jaime I*, três *destroyers* e uma canhoneira.

Dada a enorme desproporção de meios navais, Franco opta pelo transporte aéreo. Para isso dispõe apenas de três *Fokker*, um *DC2* e um *Dornier Wal* (os últimos pertencentes à Marinha), conseguindo ainda o aluguer de um *Junker-52* junto do governo alemão⁶. Nos primeiros dias, com os escassos meios disponíveis, serão transportados cerca de 3.000 homens que terão um papel determinante na a consolidação e ampliação da zona andaluza em poder do General Queipo de Llano. Entretanto Franco inicia uma intensa campanha diplomática que lhe

permitirá receber dos governos alemão e italiano vinte *Junker-52*, seis caças *Heinkel-51* e oito bombardeiros *Savoia-81*, os últimos tripulados por italianos. A relativa superioridade aérea proporcionada por estes meios, chegados no princípio de Agosto, vai permitir organizar o proclamado *Convoy de la Victoria*, constituído fundamentalmente por quatro navios mercantes escoltados por um torpedeiro, uma canhoneira e um patrulha⁷. Apesar do sucesso alcançado, a Marinha republicana cedo recuperará o controlo do Estreito, realizando operações de bombardeio aéreo dos navios utilizados no comboio, que serão entretanto afundados ou inutilizados. Franco vê-se obrigado a recorrer de novo à ponte aérea, que se intensifica com a chegada de novos meios e até final de Setembro serão transportados mais 13.500 homens e 500 toneladas de material bélico.

Para além do bloqueio do Estreito, que a Marinha republicana operando a partir de Tânger⁸ controla nesta fase sem dificuldades, e perante a desproporção dos meios navais, é reclamada maior intervenção da Armada. No início de Agosto dá-se início a uma expedição naval a Maiorca, em posse das forças sublevadas, promovida pelo governo autónomo da Catalunha. Oito mil homens são desembarcados em Porto Cristo, mas o esperado apoio da população local não se verifica e a eficaz actuação da aviação italiana, associada à ameaça do governo central retirar os navios, perante o descontrolo das caóticas milícias republicanas, levará ao fracasso da operação. Maiorca manter-se-á desde então em mãos nacionalistas, vindo a sua base aero-naval a constituir um pilar estratégico fundamental no controlo dos acessos marítimos a toda a costa levantina. Apesar deste importante ponto de apoio a marinha nacionalista, pela sua reduzida dimensão, não tem ainda capacidade para neutralizar o significativo apoio soviético que entretanto começa a chegar aos portos de levante a partir de Setembro. Esta ajuda soviética com material bélico, bem como o transporte de brigadas internacionais, organizadas pelo *Komintern* da III Internacional Comunista, terá grande importância ao permitir em Novembro deter o avanço nacionalista em direcção a Madrid, contribuindo decisivamente para o prolongar da guerra mais dois anos e meio. Nesta fase, os esforços diplomáticos entretanto desenvolvidos por Franco, apoiados em particular pelo governo de Mussolini, constituirão um importante revés para a República, obrigando ao abandono de Tânger, ponto estratégico privilegiado para controlo do Estreito, a partir do qual a esquadra republicana tinha operado desde o início da guerra.

A norte da península, nos primeiros meses do conflito, na ausência de oposição significativa, as reduzidas forças navais sublevadas, operando a partir de Ferrol, conseguem implementar um eficaz bloqueio das costas basca e asturiana, utilizando judiciosamente as escassas unidades que possuem e improvisando pesqueiros armados. Este bloqueio produzirá a asfixia de um

amplo e isolado território, promovendo a desmoralização dos seus habitantes e facilitando a ocupação do mesmo pelas tropas nacionalistas em progressão para norte. Esta situação, levará no início de Setembro Indalecio Prieto, ministro da Marinha republicano, a cometer, o que tende a ser considerado, um importante erro estratégico, ao deslocar para norte a maior parte da esquadra, com o objectivo de fornecer apoio naval às operações de defesa de Bilbao, então ameaçada.⁹ Apesar de as operações contribuírem para deter temporariamente o avanço nacionalista ao permitirem o restabelecimento do tráfico marítimo entre as costas francesa e biscaína, o deslocamento destas unidades fará com que o controlo do Estreito não volte ser detido pela República. Com efeito, Mola, aproveitando a ocasião, envia para a região gibraltina os cruzadores *Almirante Cervera e Canárias*, o último recém aprontado nos estaleiros de Ferrol, onde a sua construção se tinha acelerado¹⁰. Estas unidades participarão de imediato na designada Batalha do Cabo Espartel contra os *destroyers* republicanos *Almirante Ferrandiz*, que é afundado, e *Méndez Núñez* danificado e obrigado a refugiar-se em Casablanca. Em Outubro as novas unidades nacionalistas bombardeiam Almeria, afundando posteriormente um patrulha e um torpedeiro republicanos. Perante estes desaires navais e a perda da campanha a norte, Prieto decide-se em Outubro pelo regresso da esquadra ao Mediterrâneo. Esperar-se-ia nesta fase uma nova tentativa de controlo do Estreito, no entanto uma liderança hesitante e frequentemente em conflito interno impedirá um confronto decisivo com a esquadra nacionalista, remetendo as unidades republicanas à protecção de comboios mercantes e a bombardeamentos costeiros ocasionais¹¹. A falta de comandos idóneos e as condições de indisciplina revolucionária prevalente a bordo dos navios, em particular nos primeiros meses da guerra, comprometerão também a eficácia operacional das unidades, registando-se algumas derrotas tácticas importantes apesar da clara superioridade de meios¹². No o início de 1937, os três cruzadores nacionalistas apoiarão com sucesso as operações da conquista de Málaga, sem qualquer oposição da esquadra republicana. Este objectivo constitui um ponto decisivo de grande importância estratégica, dado que a sua posição geográfica frente a Melilla, irá permitir às unidades navais de menor porte, iniciar o bloqueio do tráfico marítimo no Estreito, a partir do seu acesso mediterrânico, complementando o controlo do acesso atlântico apoiado em Cádiz. Nos meses subsequentes, a marinha nacionalista, já suportada por submarinos de origem italiana, aproveitando a posição geo-bloqueante de Palma de Maiorca vai também começar a disputar o controlo do mar no interior do Mediterrâneo, em particular nos acessos à costa levantina, essenciais ao esforço de guerra republicano.

Em Março de 1937, o designado Comité de não-Intervenção, fruto de numerosos incidentes e quebras do bloqueio internacional decretado, acorda o patrulhamento da costa espanhola pelos

países mais directamente interessados na guerra. São atribuídas áreas de vigilância em toda a costa à Inglaterra, França, Alemanha e Itália que nelas empenham importantes meios navais¹³. Este contributo das potências europeias não vai no entanto impedir o afluxo de armamento aos dois beligerantes, sendo propiciador de diversos incidentes internacionais graves¹⁴, de que se salientam o bombardeamento por aviões soviéticos do couraçado de bolso alemão *Deutschland* fundeado em Ibiza¹⁵, o afundamento de mercantes ingleses e torpedeamento de um *destroyer* inglês por submarinos italianos. Nesta fase a Marinha republicana, acusada, não injustamente, de inanição, desenvolve diversas missões de fogo costeiro e tentativa de intercepção dos cruzadores nacionalistas, mas sem grandes resultados práticos. A estratégia naval republicana, implementada de forma inconsistente no decurso da guerra, irá ser fortemente influenciada por conselheiros militares soviéticos, preconizando no essencial uma defesa activa, moldada nos padrões da sua própria marinha à época e não parecendo valorizar as potencialidades do emprego de uma potente esquadra de superfície¹⁶.

O início de 1938 demonstrará já uma situação de relativo equilíbrio entre as forças opositoras. Apesar de uma clara melhoria na organização da Marinha republicana que passa a dispor de tripulações mais disciplinadas e melhor formadas¹⁷, verifica-se o crescimento progressivo da esquadra nacionalista que lhe permite continuar a operar no controlo da navegação e furtar-se a um embate decisivo, de resto pouco procurado pela esquadra opositora que mantém ainda franca superioridade de meios. Em Março, no entanto, a intercepção fortuita de um comboio mercante escoltado pelos cruzadores nacionalistas *Baleares*, *Canárias* e *Almirante Cervera* e uma flotilha republicana de dois cruzadores, quatro *destroyers* e dois torpedeiros leva ao afundamento do *Baleares*, enquanto os restantes cruzadores nacionalistas se escapam com os mercantes. Este confronto nocturno, conhecido como *Batalha do Cabo de Palos*, constituirá, à data, a maior perda de vidas em um navio de toda a história da Armada espanhola¹⁸. A Marinha republicana, não tendo capacidade para potenciar esta importante vitória, vai entretanto com o evoluir desfavorável do cenário terrestre, perder definitivamente a iniciativa. A esquadra, confinada a Cartagena, após a separação do território republicano em Abril de 1938, manterá ainda durante o segundo semestre a capacidade de escolta aos comboios que unem Barcelona a Valência e Menorca à Catalunha. Em Agosto dão-se os últimos combates navais, nomeadamente entre o *destroyer* republicano *Diez* que vindo de França procurará passar o Estreito enquanto a esquadra nacionalista, avisada, lhe dá combate¹⁹. Em Março de 1939, com a guerra perdida, a maior parte da esquadra republicana, encontra-se remetida a Valência, único grande porto ainda em posse republicana, de onde partirá com rumo à Tunísia entregando-se às autoridades francesas. O fim da guerra testemunhará ainda a maior tragédia naval espanhola,

quando o *ferry Castillo de Olite* se afunda na costa andaluza bombardeado por baterias costeiras ainda em mãos republicanas²⁰. O confronto naval ao longo de quase três anos saldarse-á pelo afundamento de um número significativo de unidades e de vítimas. A armada nacionalista capturará 227 navios mercantes, afundando 34. Destes, 94 capturas e 18 afundamentos serão de embarcações com pavilhão estrangeiro ou de conveniência. A Marinha republicana ficará muito aquém destes números, havendo apenas um quantitativo residual de apresamentos de navios nacionalistas ao longo do conflito²¹. Esta larga desproporção de resultados, partindo de meios substancialmente superiores, explica em grande parte a enorme carência de meios com que a República se baterá no final da guerra e contribuirá decisivamente para o seu desfecho. Ao contrário de 1936, em que os abastecimentos estrangeiros permitiram sustentar a República, o bloqueio levantino eficazmente operado pela Marinha nacionalista, terá nesta fase impedido o prolongamento da resistência e a eventual integração do conflito na Segunda Guerra Mundial, então prestes a deflagrar.

A importância estratégica de Portugal e o envolvimento da Armada

António de Oliveira Salazar, presidente do conselho de ministros, acumulando as pastas das finanças, defesa e, a partir de Novembro de 1936, dos negócios estrangeiros, manterá difíceis relações diplomáticas com a República Espanhola, consciente do perigo que a radicalização do regime constitui para os interesses do estado português. Este período coincidirá com alterações significativas na política de defesa fortemente condicionadas pela conjuntura peninsular²². Com a instauração da ditadura militar tinha sido reforçada a ideia de renovação das forças armadas e, a partir de 1929, já com o orçamento equilibrado, começará a ser delineado um plano de rearmamento naval em duas fases. O ambicioso programa²³ projectado pelo Almirante Pereira da Silva ainda durante o anterior regime, consolidará uma evidente opção pela vertente naval, embora de forma não articulada com os restantes ramos ou assumida pelo regime. Até 1936 serão incorporadas na esquadra cinco *destroyers*, três submarinos, dois avisos de 1ª e quatro avisos de 2ª classe, correspondendo essencialmente à primeira fase do programa. À opção estratégica pela Marinha não serão alheios o papel relevante por esta demonstrado na supressão das revoltas verificadas em 1931 nas ilhas da Madeira, dos Açores e na Guiné, bem como a existência do plano estruturado e consensual de Pereira da Silva, o que claramente não se verificava para o exército. Apesar de a recuperação da esquadra portuguesa constituir um dos elementos emblemáticos e propagandísticos do Estado Novo, a partir de 1935 e já sob

influência do subsecretário de estado da guerra Santos Costa, dá-se uma inflexão da política de investimentos na defesa, com claro reforço para o rearmamento e reestruturação do Exército. Esta opção é justificada pelo Governo face à instabilidade política verificada no país vizinho e o inerente risco de uma invasão espanhola em caso de radicalização esquerdista do regime republicano. O perigo que a República Espanhola constitui para o regime leva, de forma contrária à tradição portuguesa de não envolvimento nos assuntos espanhóis, o Governo português a apoiar a sublevação nacionalista. Com a deflagração do conflito, a identificação com a causa nacionalista será claramente assumida por Oliveira Salazar, embora, após a criação do Comité de não-Agressão, Portugal opte por uma política de aparências em que, à semelhança de outros estados, procurará colaborar de forma discreta e não oficial com as forças sublevadas. O apoio português na fase inicial da rebelião militar é, no entanto importante, dada a situação de grande precariedade em que se encontram as forças nacionalistas. Perante a separação territorial verificada e o controlo do mar pelo governo republicano, o território português assume um valor estratégico inestimável, possibilitando a comunicação entre os divididos exércitos sublevados e permitindo o abastecimento logístico por via marítima²⁴. Após o início do levantamento, a Armada será incumbida de montar um dispositivo onde se evidencia a preocupação da recolha e protecção das comunidades portuguesas residentes em Espanha, mas também o reforço da vigilância costeira e combate a eventuais tentativas sediciosas, estimuladas pelo ambiente revolucionário no país vizinho. Para prossecução do primeiro objectivo são enviados diversos navios a portos espanhóis, essencialmente na zona republicana²⁵. Para o segundo objectivo é reforçado o dispositivo naval nas ilhas, em particular na Madeira dado o receio de recrudesimento da revolta de 1931. No âmbito do controlo de fronteiras é também reforçada a vigilância nos rios Minho e Guadiana bem como em toda a costa limítrofe, procurando controlar infiltrações de qualquer tipo. A Armada fornecerá igualmente apoio logístico às forças sublevadas, estando documentados o reabastecimento a unidades aero-navais nacionalistas na base de Belém²⁶ e o fornecimento de material necessário ao aprontamento do cruzador *Canárias*, aspecto que terá importantes repercussões operacionais no desenrolar da guerra.²⁷

Para a Marinha portuguesa, o elemento mais relevante relacionado com a Guerra Civil de Espanha será no entanto o episódio conhecido como a “revolta dos marinheiros”. Ainda hoje, alguns aspectos do sucedido mantêm contornos mal definidos, nomeadamente no que diz respeito às verdadeiras intenções dos revoltosos. Objectivamente, a 8 de Setembro, a bordo do *destroyer Dão* e das fragatas *Afonso de Albuquerque* e *Bartolomeu Dias* dão-se actos sediciosos por parte das guarnições de praças que procedem ao aprisionamento dos oficiais

presentes a bordo e tentam sair a barra do Tejo. Os navios, atacados pelas baterias costeiras de Almada e do Alto do Duque, acabarão por ser neutralizados com o aprisionamento das guarnições. A revolta, de orientação comunista, desencadeada por elementos da auto-denominada Organização Revolucionária da Armada (ORA), será posteriormente justificada como uma tentativa de combate ao regime, associada a um conjunto de reivindicações corporativas. A hipótese de rumar a Espanha para se associar ao esforço de guerra republicano será amplamente explorada pelo regime, sendo mesmo admitida por elementos revoltosos, mas evidentemente difícil de provar. Apesar de avisado quanto à infiltração comunista, a extensão do envolvimento subversivo surpreenderá o governo²⁸ que aproveita o momento para “expurgar a Armada de maus elementos”²⁹. Ainda que não se registre qualquer participação de oficiais, os comandantes dos navios envolvidos serão exonerados de funções e reformados compulsivamente.

A Guerra Civil de Espanha ao agudizar as tensões europeias no cenário peninsular irá, por outro lado, proporcionar um aumento significativo da presença naval estrangeira em águas portuguesas. À habitual visita aos portos nacionais de grandes unidades navais inglesas, francesas e italianas acrescentar-se-á a presença naval alemã e americana. Os Açores em particular, espelham a nova conjuntura internacional, sendo visitados regularmente por diversas esquadras internacionais, num período em que são também utilizados para escala dos primeiros voos intercontinentais experimentais. A Armada procurará responder a este incremento aumentando a presença naval nas ilhas, em particular nos Açores, desenvolvendo regularmente exercícios com cenários que respondam a desembarques anfíbios de surpresa³⁰. Esta disposição antecipa já a aproximação do conflito mundial, de contornos difíceis de prever, e a consciência da relevância estratégica que o território português poderá vir a ter para os beligerantes.

Conclusões

A importância da estratégia naval durante a Guerra Civil de Espanha tem sido frequentemente negligenciada. A este facto não são alheios a magnitude das operações terrestres nas quais tendem a centrar-se a maioria dos autores, bem como uma menor reflexão sobre a importância que o controlo dos acessos marítimos teve para o desfecho do conflito.

As circunstâncias iniciais, não previstas por nenhuma das partes, conferiram uma vantagem material quase esmagadora às forças republicanas que foi, no entanto, malbaratada na

indisciplina revolucionária inicial e reforçada pela falta de oficiais devidamente preparados para assumir o comando das unidades navais. Estes aspectos serão progressivamente supridos durante o desenrolar da guerra, mas a ausência de uma estratégia consistente de emprego dos meios navais, promovendo a negação do uso do mar pelas forças opositoras, acabará por conduzir a uma posição de inferioridade progressiva. Nem mesmo a surpreendente vitória táctica que consistiu no afundamento do *Baleares* acabará por ser enquadrada num plano estratégico consistente que permita potenciar os seus resultados. Como resultado prático, as forças navais republicanas permanecerão longos períodos fundeadas em Cartagena, sendo utilizadas fundamentalmente na protecção do tráfego mercante e em bombardeamentos costeiros ocasionais.

Do ponto de vista nacionalista, ultrapassadas as primeiras semanas do conflito, facilitadas pelo apoio internacional e pela ponte aérea sobre o Estreito, encontramos um fio condutor que pode resumir-se cronologicamente ao bloqueio naval das costas basca e asturiana, posterior domínio do Estreito, muito facilitado pelo envio da esquadra republicana para o cantábrico e pela conquista de Málaga, e por fim pela implementação de um bloqueio dos acessos à costa levantina, apoiado em Palma, que irá sendo progressivamente mais eficaz no decurso da guerra.

Perante o cenário inicial da sublevação, parece-nos evidente supor que qualquer dos lados que dispusesse da supremacia no mar contaria com uma vantagem decisiva, dada a ausência quase total de fronteiras terrestres. Não foi, no entanto, assim. A República, dispondo de um número muito maior de unidades, entre eles praticamente todos os *destroyers* e a totalidade dos submarinos acabou por não tirar o adequado proveito dos mesmos, em contraste claro com as forças nacionalistas que obtiveram um muito maior rendimento das suas escassas forças navais, que conseguiram, de resto, aumentar progressivamente no decurso da guerra. Registaram-se ajudas exteriores, inegavelmente em ambos os lados, tendo o peso relativo das mesmas sido objecto de intermináveis debates praticamente desde o início da guerra. Julgamos que uma análise detalhada do envolvimento estrangeiro, se bem que importante para compreender o desenrolar do conflito, não deve desviar a análise do aspecto essencial para o desfecho final. Este foi, em nossa opinião, o contraste evidente na liderança estratégica manifestado pelos beligerantes e a capacidade resoluta de implementar as modalidades de acção mais adequadas para alcançar os objectivos propostos.

Do ponto de vista português salientamos a importância que a Guerra Civil de Espanha teve para a inflexão na política de investimento naval traçada por Pereira da Silva no início dos anos 30. Esta, terá consequências a longo prazo, numa primazia concedida ao Exército que se

manteve até à actualidade. Salientamos igualmente, o apoio da Armada à Marinha sublevada, de acordo com uma política de colaboração tácita, materializada em apoios logísticos que terão nos primeiros meses da guerra importantes consequências operacionais. A revolta dos marinheiros, catalisada pelo ambiente revolucionário espanhol, reforçou a impressão que o perigo de envolvimento português no conflito espanhol constituía uma ameaça real, justificando, na óptica do regime, as medidas repressivas tomadas.

A Guerra Civil de Espanha pode, como todas, ser encarada de múltiplos ângulos. Procurámos neste breve trabalho relevar a perspectiva naval, enquanto elemento chave para a sua compreensão e desfecho. Esta, ainda que frequentemente desvalorizada, talvez não tenha sido melhor sintetizada que pelas palavras do ilustre escritor republicano Domínguez Benavides: *“Perdido el dominio de esse mar por la República, la guerra estaba perdida. Las tropas carecerán de elementos de combate y la retaguardia de artículos de primera necesidad. Los puertos de Levante se convertirán en tumbas de barcos con las bodegas cargadas de armas y alimentos. La URSS arriesgará la guerra para ayudarnos. La guerra se perdió en el mar”*.³¹

Anexo I – Quadros

O Quadro 1 expressa as principais unidades operacionais da Marinha Espanhola imediatamente antes do pronunciamento militar. A maior parte da esquadra encontrava-se baseada em Cartagena, Ferrol e Cádiz. A 18 de Julho de 1936 diversas unidades encontravam-se a navegar ou distribuídas por bases e portos secundários. Os navios em construção, reparação ou desactivadas na base de Ferrol, o cruzador Navarra, vetusta unidade desactivada em Cádiz, bem como algumas dispersas unidades secundárias virão a constituir o núcleo central da esquadra sublevada.

Quantitativos Navais:

<u>Tipo</u>	<u>Total</u>	<u>Observações</u>
Couraçados	2	Ambos obsoletos. No início da guerra o <i>España</i> encontra-se desactivado na Base Naval de Ferrol.
Cruzadores pesados	2	<i>Canarias</i> e <i>Baleares</i> , em construção na Base Naval de Ferrol.
Cruzadores ligeiros	5	<i>Almirante Cervera</i> em construção na Base Naval de Ferrol. <i>Méndez Nuñez</i> destacado para a África Ocidental Espanhola (Guiné Espanhola). <i>Navarra</i> encontra-se desactivado em Cádiz. <i>Liberdad</i> e <i>Miguel de Cervantes</i> , baseados em Ferrol, destacados para o Estreito a 18 de Julho pelo governo republicano.
Destroyers	17	<i>Gravina</i> , <i>Ulloa</i> e <i>Jorge Juan</i> em construção no Arsenal de Cartagena. <i>Velasco</i> em doca seca para reparação na Base de Ferrol. Restantes unidades em Cartagena (6), a navegar ou dispersas por portos secundários (Santander, Algeciras, Almería e Barcelona).
Draga minas	3	Baseados em Ferrol.
Canhoneiras	6	<i>Calvo Sotelo</i> em construção no Arsenal de Cádiz. Restantes unidades obsoletas (1919-1923).
Lanchas torpedeiras	11	Modelos obsoletos (1913-1921) de escasso valor militar.
Submarinos	12	6 classe-B integrando a flotilha das Baleares (Mahon). 6 classe-C integrando a flotilha de Cartagena.

Quadro 1 - Esquadra Espanhola em Julho de 1936

FORMAÇÃO - NÃO CLASSIFICADO - FORMAÇÃO

Os Quadros 2 e 3 expressam as principais unidades navais empregues pelos beligerantes no decurso do conflito. A estes números há que somar significativa quantidade de navios auxiliares, que se distribuíram de forma relativamente equitativa por ambas as facções bem como a Aviação Naval*. O “Ano” apresentado refere-se à data de incorporação na esquadra, com excepção dos submarinos italianos (Quadro 3), inicialmente pertencentes à *Regia Marina* que serão transferidos para a Marinha nacionalista em 1937.

Tipo	Total	Nome	Ano	Deslocamento
Couraçados	1	<i>Jaime I</i>	1920	14.700
Cruzadores	3	<i>Liberdad</i>	1928	7.475
		<i>Méndez Núñez</i>	1924	4.650
		<i>Miguel de Cervantes</i>	1930	7.475
Destroyers	16	<i>Alcalá Galiano</i>	1932	1.530
		<i>Almirante Antequera</i>	1934	1.530
		<i>Almirante Ferrándiz</i>	1930	1.530
		<i>Almirante Miranda</i>	1936	1.530
		<i>Almirante Valdés</i>	1933	1.530
		<i>Alsedo</i>	1925	1.044
		<i>Churruca</i>	1932	1.530
		<i>Císcar</i>	1936	1.530
		<i>Escaño</i>	1936	1.530
		<i>Gravina</i>	1936	1.530
		<i>Jorge Juan</i>	1936	1.530
		<i>José Luis Díez</i>	1931	1.530
		<i>Lazaga</i>	1926	1.044
		<i>Lepanto</i>	1936	1.530
		<i>Sánchez Barcáiztegui</i>	1929	1.530
		<i>Ulloa</i>	1938	1.530
Submarinos	6	Classe B	1924	830
	6	Classe C	1929	1.290
Canhoneiras	1	<i>Laya</i>	1919	800

Quadro 2 - Unidades Navais Republicanas

* A aviação naval (*Aeronáutica Naval*), dependente da Marinha Espanhola, encontrava-se baseada em San Javier (Múrcia) e Barcelona (bases principais) bem como Mahon, Melilla e Vigo. As forças nacionalistas virão ainda a desenvolver bases em Palma de Maiorca e Pollensa (Maiorca). Constituída essencialmente por hidroaviões *Dornier Wal*, *Hispano E-30*, *Machi 18* e *Vickers Vildbest*, será repartidas com vantagem para as forças republicanas. Posteriormente serão utilizados pelos beligerantes aparelhos de origem francesa e soviética (forças republicanas) e alemã e italiana (forças nacionalistas).

FORMAÇÃO - NÃO CLASSIFICADO - FORMAÇÃO

Tipo	Total	Nome	Ano	Deslocamento
Couraçados	1	<i>España</i>	1915	14.700
Cruzadores	4	<i>Almirante Cervera</i>	1930	7.475
		<i>Baleares</i>	1936	10.000
		<i>Canárias</i>	1936	10.000
		<i>Navarra</i>	1915	5.500
<i>Destroyers</i> *	1	<i>Velasco</i>	1926	1.044
Submarinos†	2	<i>General Mola</i>	1934	970
		<i>General Sanjurjo</i>	1934	970
Canhoneiras	5	<i>Calvo Sotelo</i>	1938	1.700
		<i>Canalejas</i>	1923	1.335
		<i>Cánovas del Castillo</i>	1922	1.335
		<i>Dato</i>	1923	1.335
		<i>Lauria</i>	1919	800

Quadro 3 - Unidades Navais Nacionalistas

Unidade	Tipo	Bandeira	Data	Causa
<i>Dato</i>	Canhoneira	Nacionalista	7.8.36	Bombardeado por <i>Jaime I</i> .
B6	Submarino	Republicana	18.9.36	Acção de superfície contra pesqueiros armados.
<i>Alm. Ferrandiz</i>	<i>Destroyer</i>	Republicana	29.9.36	Afundado por <i>Canárias</i> .
B5	Submarino	Republicana	12.10.36	Causa desconhecida (sabotagem?).
C3	Submarino	Republicana	12.12.36	Torpedeado por U-34 (alemão).
C5	Submarino	Republicana	30.10.36	Causa desconhecida (sabotagem?).
<i>España</i>	Couraçado	Nacionalista	30.4.37	Colisão com mina.
<i>Jaime I</i>	Couraçado	Republicana	17.6.37	Explosão interna.
C6	Submarino	Republicana	20.10.37	Afundamento voluntário para evitar perda para o inimigo.
<i>Ciscar</i>	<i>Destroyer</i>	Republicana	21.10.37	Bombardeamento aéreo em Gijón.
<i>Baleares</i>	Cruzador	Nacionalista	6.3.38	Torpedeado por <i>destroyers</i> republicanos (provavelmente <i>Lepanto</i>).
C1	Submarino	Republicana	9.10.38	Bombardeamento aéreo ao porto de Barcelona.
<i>José Luís Díez</i>	<i>Destroyer</i>	Republicana	30.10.38	Fortemente danificado em acção de superfície refugiar-se-á em Gibraltar.

Quadro 4 - Principais perdas navais (militares)

* Ao *Velasco* há que somar quatro velhas unidades italianas (datadas de 1915 a 1920), vendidas por Mussolini no final de 1937, mas com reduzido emprego operacional por constantes falhas mecânicas.

† Estas unidades, *General Sanjurjo* (ex-Torriceli) e *General Mola* (ex-Archimedes), de origem italiana (classe *Cavallini*), serão incorporadas em Abril de 1937. Há ainda a referir o emprego de submarinos italianos “emprestados”, com tripulações espanholas, sob comando italiano, que ficarão conhecidas como “submarinos legionários”. Estes numerados L1-4 serão respectivamente o *General Mola II* (ex-Galilei), *General Sanjurjo II* (ex-Ferraris), *González López* (ex-Iride) e *Aguilar Tablada* (ex-Onice).

Quadro Cronológico:

1936

Julho	<ul style="list-style-type: none"> - Sublevação militar e início da Guerra Civil de Espanha. - Concentração da esquadra republicana em Tânger. - Bloqueio republicano do Estreito. - Ataques republicanos a Portos do sul. - Início do apoio militar estrangeiro a ambas as facções. - Início da actividade da esquadra nacionalista no Mar Cantábrico.
Agosto	<ul style="list-style-type: none"> - Esquadra republicana obrigada a abandonar Tânger, estabelecendo-se em Málaga. - Operação aero-naval de passagem do Estreito – <i>Convoy de la Vitoria</i>. - Desembarque republicano em Maiorca.
Setembro	<ul style="list-style-type: none"> - Retirada republicana de Maiorca. - Afundamento do Submarino B-6 no Mar Cantábrico. - A esquadra republicana desloca-se maioritariamente para o Mar Cantábrico. - Afundamento do <i>Almirante Ferrándiz</i> pelo <i>Canárias</i> e perseguição do <i>Gravina</i> pelo <i>Almirante Cervera</i>. - Controlo do Estreito pela Marinha nacionalista. - Incremento da ponte aérea a partir de Marrocos. - Intenso tráfico mercante nos portos republicanos do Mediterrâneo
Outubro	<ul style="list-style-type: none"> - Regresso da esquadra republicana ao Mediterrâneo. - Incursões do <i>Canárias</i> à costa da Catalunha.
Novembro	<ul style="list-style-type: none"> - Colaboração de submarinos italianos com esquadra a nacionalista. - Torpedeamento do <i>destroyer Miguel de Cervantes</i> por submarino italiano.
Dezembro	<ul style="list-style-type: none"> - Incorporação do cruzador <i>Baleares</i> na esquadra nacionalista. - Afundamento dos Submarino C-3 e C-5.

1937

Janeiro	<ul style="list-style-type: none"> - Início da campanha de Málaga. - Bloqueio internacional e incidentes com a Marinha inglesa.
Fevereiro	<ul style="list-style-type: none"> - Conquista de Málaga pelas forças nacionalistas. - Controlo do Estreito pelas forças nacionalistas.
Março	<ul style="list-style-type: none"> - Criação da Escola Naval Popular. - Incursões de cruzadores nacionalista no Mediterrâneo. - Suspensão transitória do apoio submarino italiano.
Abril	<ul style="list-style-type: none"> - Afundamento do couraçado Nacionalista <i>España</i> após colisão com mina - Combate naval ao largo de Cartagena (esquadra republicana frente a cruzadores nacionalistas). - Empréstimo de submarinos italianos que passam a operar com guarnições nacionalistas (submarinos “legionários”).
Maio	Ataques aéreos republicanos a navios mercantes estacionados em Palma e Ibiza.
Junho	Conquista de Bilbao pelas tropas nacionalistas.

FORMAÇÃO - NÃO CLASSIFICADO - FORMAÇÃO

	Explosão em Cartagena a bordo do couraçado <i>Jaime I</i> , causando 300 mortos e inutilizando o navio até ao fim da guerra.
Julho	Bloqueio da esquadra nacionalista a Santander. Combate naval de Cullera (<i>Baleares</i> e seis <i>destroyers</i> republicanos).
Agosto	Conquista de Santander pelas tropas nacionalistas. Torpedeamento do <i>destroyer Churruca</i> .
Setembro	Os submarinos C-4 e C-5 refugiam-se em França. Batalha naval do Cabo Cherchel (<i>Baleares</i> e cruzadores republicanos). Conferência de Nyon. Aquisição de <i>destroyers</i> italianos pela Marinha nacionalista.
Outubro	Queda de Gijón e últimos confrontos na frente norte. Fim do bloqueio nacionalista no Cantábrio. Concentração da esquadra nacionalista no Mediterrâneo.

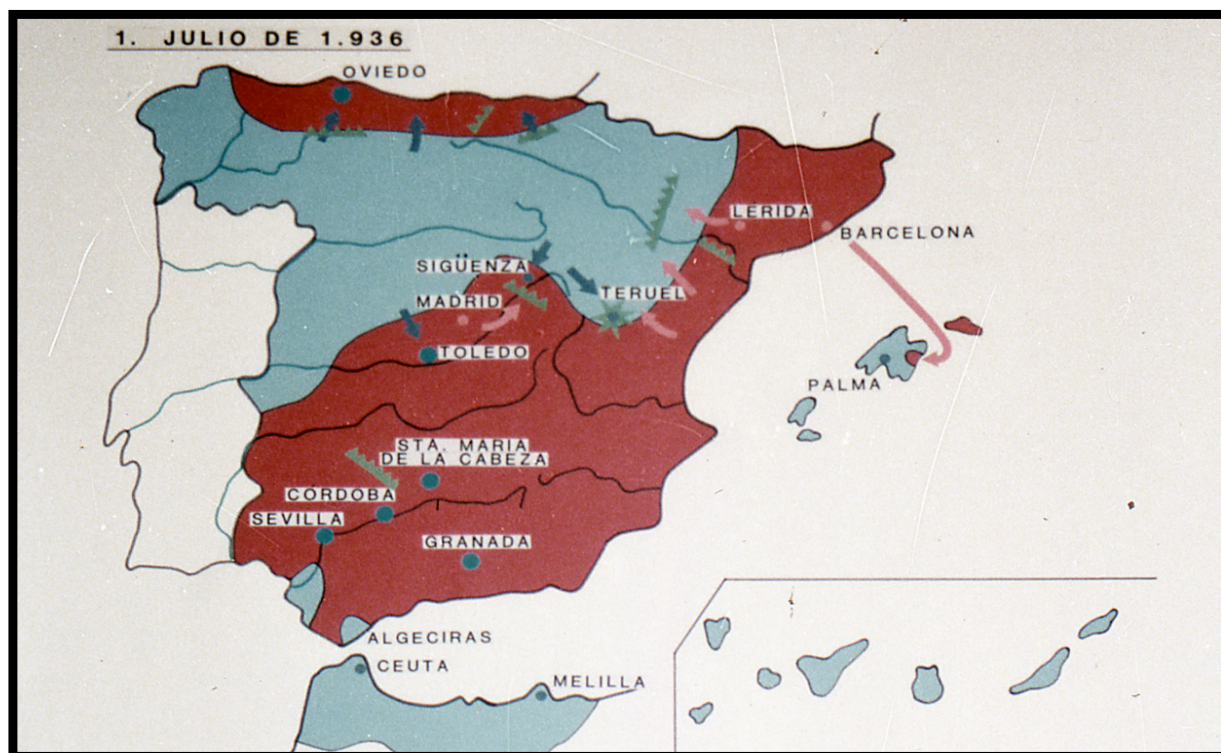
1938

Janeiro	Bombardeamento de Barcelona pelo <i>Canárias</i> . Pressão nacionalista sobre o tráfego mercante da costa levantina.
Fevereiro	Graves danos no cruzador nacionalista <i>Almirante Cervera</i> provocados pela aviação republicana. Ataques nacionalistas aos portos do levante.
Março	Afundamento do cruzador <i>Baleares</i> pela esquadra republicana.
Abril	Tropas nacionalistas alcançam o Mediterrâneo em Vinaroz, dividindo a zona republicana. Incorporação do cruzador <i>Navarra</i> (ex- <i>República</i>) na esquadra nacionalista.
Maio	Bombardeamentos navais em Barcelona.
Julho	Início da retirada de voluntários estrangeiros da zona republicana.
Agosto	O <i>destroyer José Luís Díez</i> tenta chegar a Cartagena, envolvendo-se em combate na zona do Estreito.
Outubro	Ataque ao submarino C-1. Bombardeamentos aéreos de portos republicanos.
Novembro	Bombardeamentos navais sobre o porto de Barcelona.
Dezembro	Ruptura da frente da Catalunha.

1939

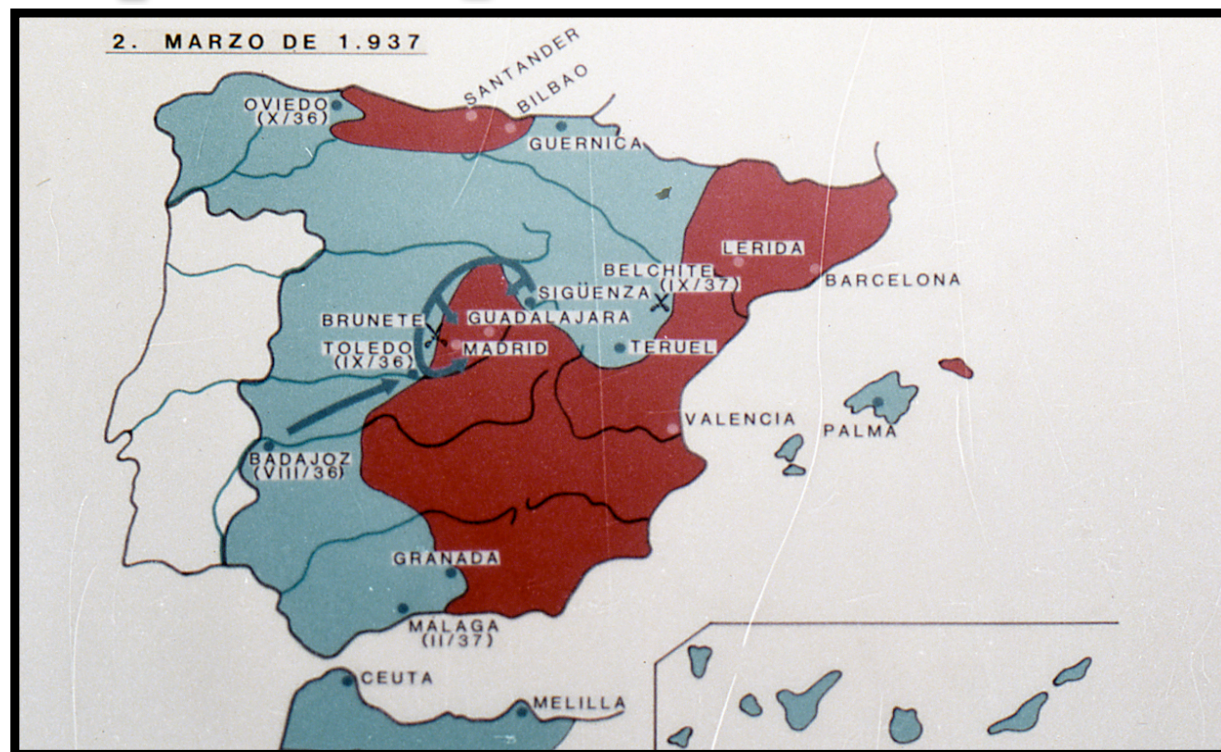
Janeiro	Queda de Tarragona e Barcelona.
Fevereiro	Rendição de Menorca.
Março	Sublevação e combates em Cartagena. Saída da Esquadra Republicana para Bizerta (Argélia). Afundamento do <i>Castillo de Olite</i> . Ocupação dos últimos portos republicanos (Almeria, Valência e Alicante).
Abril	Últimas operações terrestres e fim da Guerra Civil de Espanha.

Anexo II – Mapas



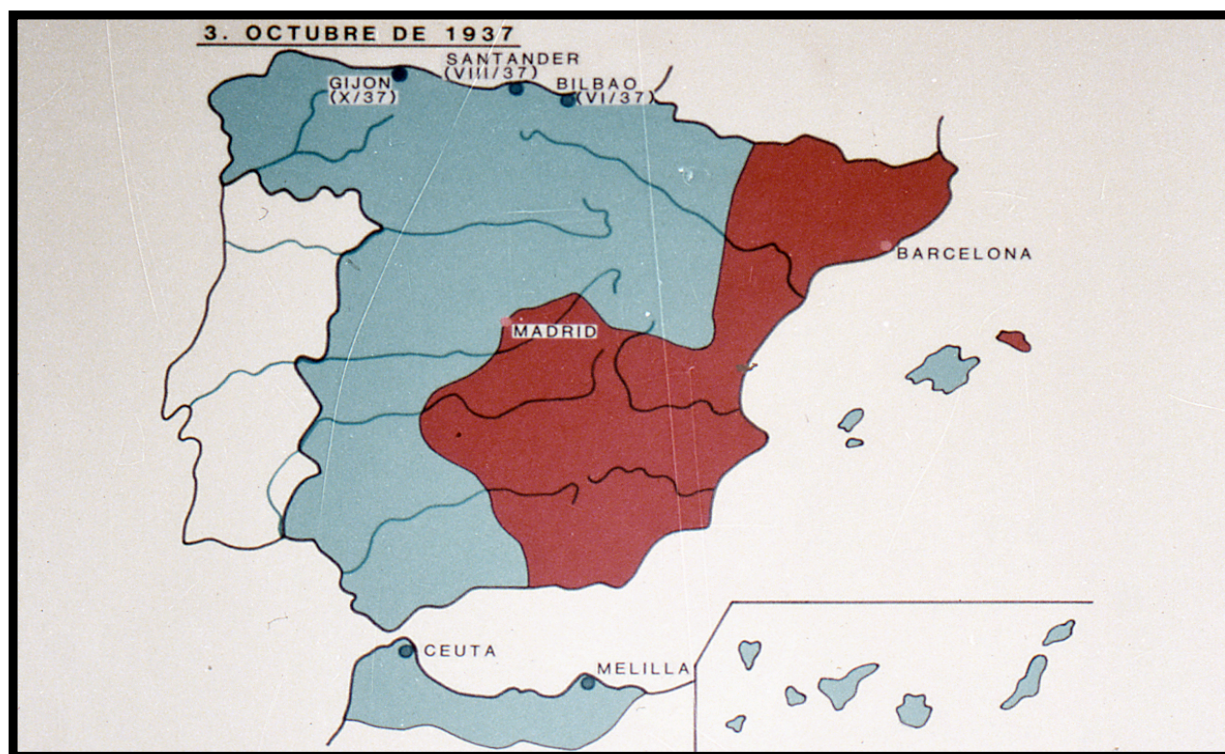
Mapa 1: Disposição territorial e principais ofensivas nos primeiros dias da sublevação – Julho 1936*

■ Zona Nacionalista
 ■ Zona Republicana

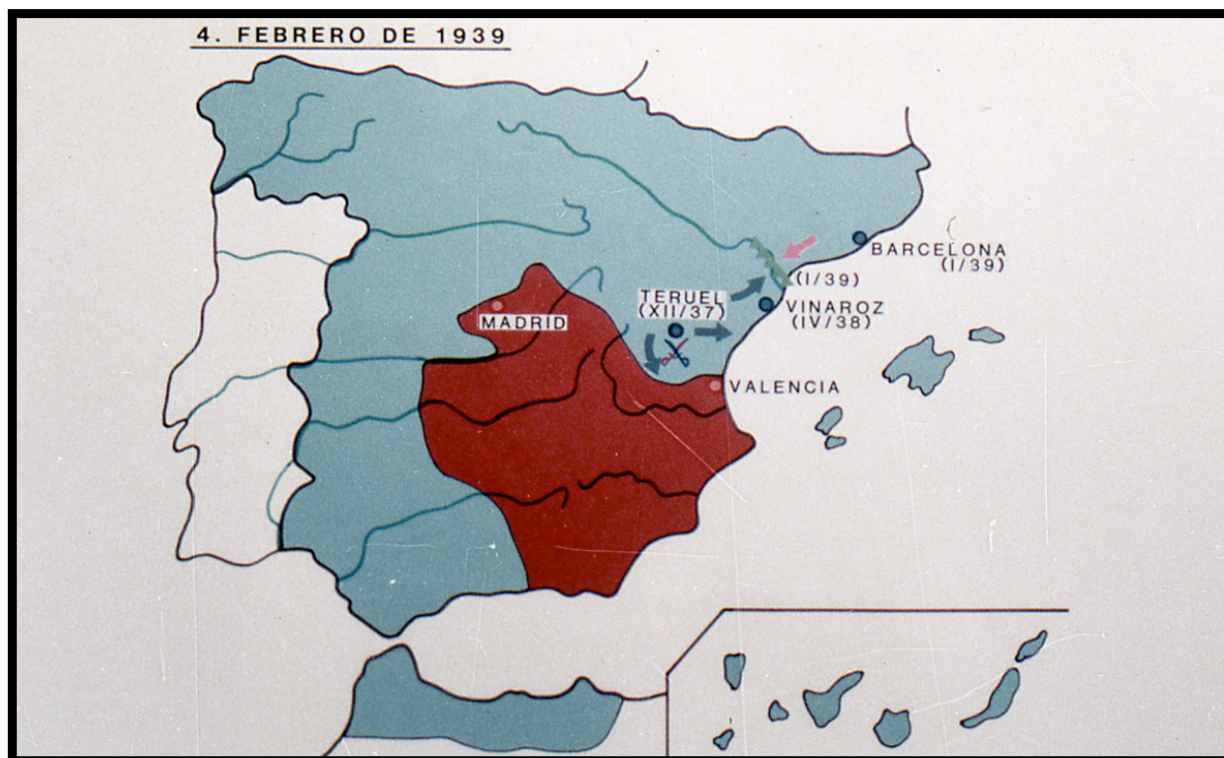


Mapa 2: Progressão nacionalista 1936-1937

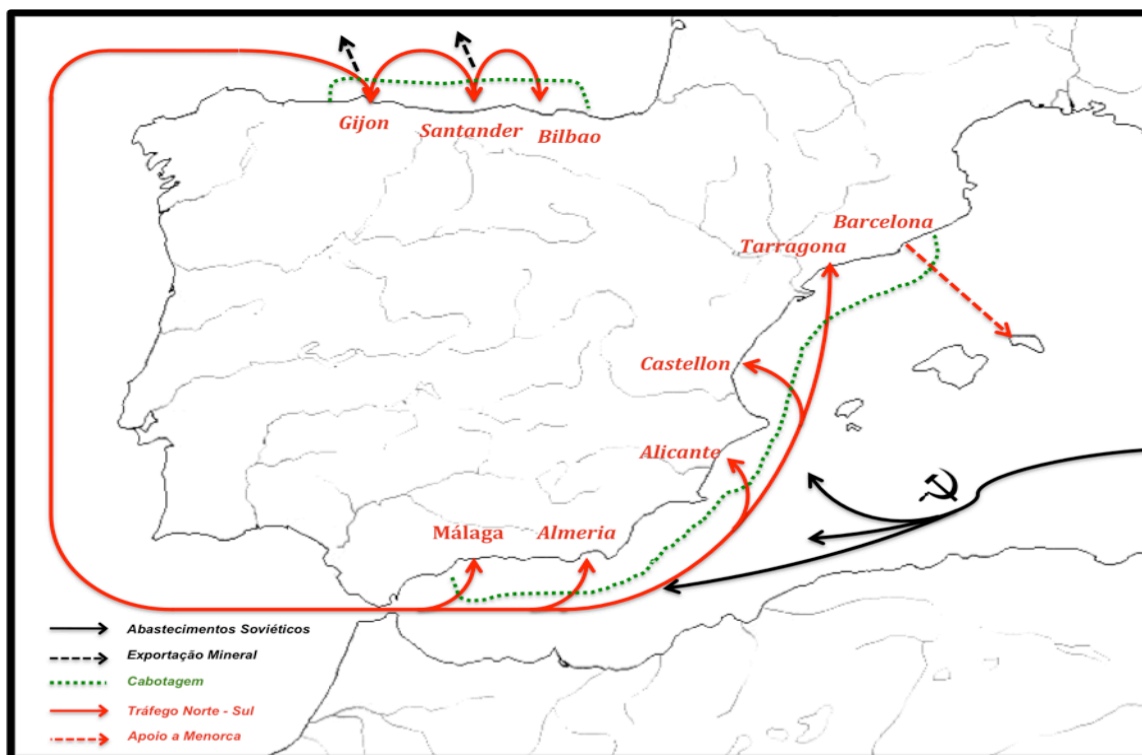
* Mapas 1-4: Agustín, Ubieta, *Génesis y desarrollo de España, Vol. II Diapositivas*, [Em linha], Inst. Ciencias de la Educación, Saragoça, 1984. [Consult. 21.Abr.2008], disponível em <[http://clio.rediris.es/n32/atlas/130 .jpg](http://clio.rediris.es/n32/atlas/130.jpg)>



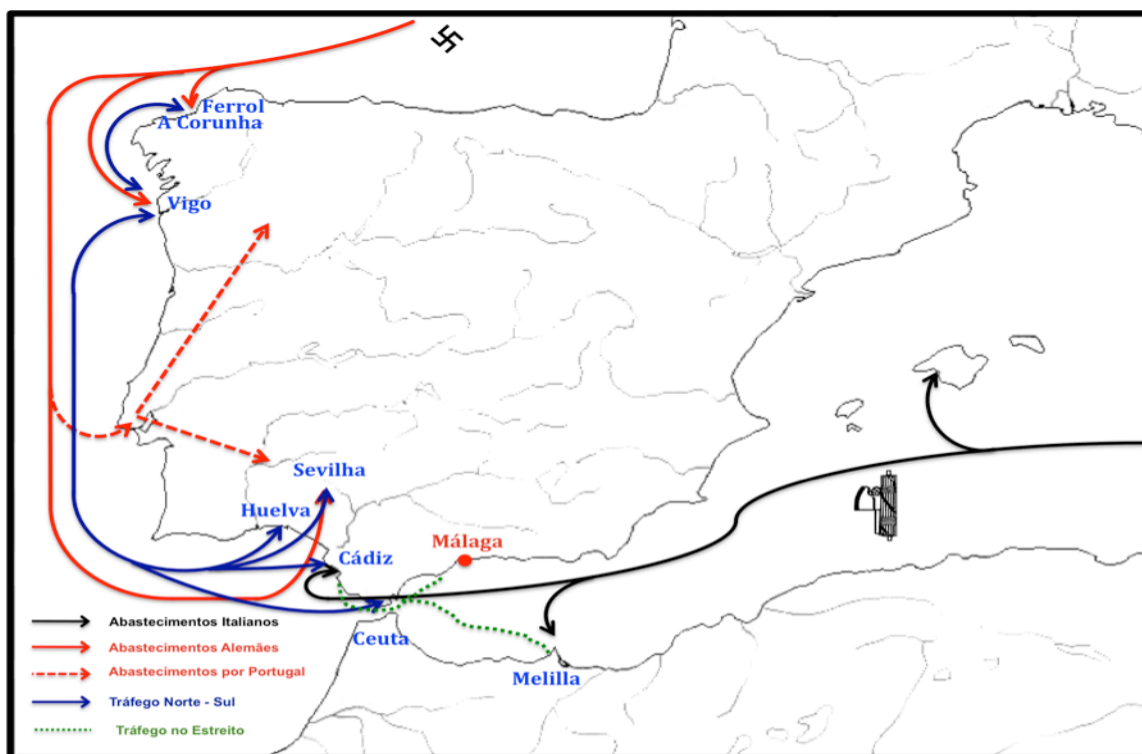
Mapa 3: Distribuição territorial - final de 1937



Mapa 4: Distribuição territorial - início de 1939



Mapa 5: Tráfego Marítimo - Zona Republicana 1936*



Mapa 6: Tráfego Marítimo – Zona Nacionalista 1936

* Mapas 5-6, adaptados de: Cervera Pery, *La Guerra naval española (1936-39)*, pp 54-55, Editorial San Martín, Madrid 1988

Bibliografia

- A.N., A Guerra de Espanha – As operações militares, separata da revista *Infantaria*, Ed. Revista de Infantaria, Lisboa 1940.
- ABRANTES, Domingos. 1936 – Ano da «Revolta dos Marinheiros», [Em linha], [Lisboa]: *O Militante*; nº284, Set/Out 2006. [Consult. 21.Dez.2007] Disponível na internet em: <<http://www.omilitante.pcp.pt/>>.
- BARATA, Manuel; TEIXEIRA, Nuno. *Nova História Militar de Portugal*, Ed. Círculo de Leitores, Lisboa 2004, pp 35-45.
- BLANCO NUÑEZ, José. *La Marina de Guerra Portuguesa y La Guerra Civil Española*, in MOLINA FRANCO, Lucas, *Treinta y Seis relatos de la Guerra del 36*, AF Editores, Valladolid, 2006, pp 251-265.
- BRANDÃO, Pedro. Oliveira Salazar ante el 18 de Julio – la clave, *La Aventura de la Historia*, ano 8, nº 95, 2006, pp 26-30.
- BROUÉ, Pierre, TÉMIME, Émile. *La Revolution et la Guerre d’Espagne*, Les Editions de Minuit, Paris, 1961.
- CERVERA PERY, José. *La guerra naval española (1936-39)*, Editorial San Martín, Madrid, 1988.
- CORTA, Luís. *Crónica de la Guerra en el Norte, 1936-1937*, Editorial Txertoa, San Sebastian, 2003.
- DE LA CIERVA, Ricardo. *Historia Actualizada de la Segunda República y de la Guerra de España 1931-1939*, Editorial Fénix, Madrid, 2003.
- DAHMS, Helmut. *A Guerra Civil de Espanha 1936-1939*, tradução de Maria da Graça Cardoso, Editorial Íbis, Amadora, 1964.
- GONZÁLEZ-ALLER HIERRO, José. *España en la mar – Una historia milenária*, Coleccion Ciência y Mar Lunwerg editores, Madrid [etc.], 1998.
- MATTHEWS, Herbert. *Half of Spain died: a reappraisal of the Spanish Civil War*, tradução de Fernando de Castro Ferro, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1975.
- MOA, Pio. *Los mitos de la guerra civil*, 4ª Edição, La Esfera delos Libros, Madrid, 2004.
- MOA, Pio. *Los crímenes de la guerra civil*, La Esfera delos Libros, Madrid, 2005.
- MORADIELLOS, Henrique. *1936 - Los mitos de la Guerra Civil*, Ediciones Península, Barcelona, 2004.

- OLIVEIRA, César. *Salazar e a Guerra Civil de Espanha*, Edições “O Jornal”, Lisboa, 1987.
- OLIVEIRA, Maurício. *A tragédia espanhola no mar*, 2ª edição, Parceria António Maria Pereira, Lisboa, 1936.
- OLIVEIRA, Maurício. *As duas Espanhas no mar*, Parceria António Maria Pereira, Lisboa, 1937.
- OLIVEIRA, Maurício. *Marinheiros da Espanha em guerra*, Parceria António Maria Pereira, Lisboa, 1937.
- PUELL Fernando, HUERTA, Justo. *Atlas de la Guerra Civil española, antecedente, operaciones y secuelas militares (1931-1945)*, Editorial Sintesis, Madrid, 2007.
- ROSAS, Fernando. *Portugal e a Guerra Civil de Espanha*, Ed. Câmara Municipal de Lisboa – Biblioteca Museu República e Resistência, Lisboa, sd.
- TELO, António. *Os Açores e o controlo do Atlântico*, Edições Asa, sl, 1993.
- TELO, António. *História da Marinha Portuguesa – Homens, Doutrinas e Organização (Tomo I)*, Academia de Marinha, Lisboa, 1999.
- THOMAS, Hugh. *The Spanish Civil War*, 1961, tradução Manuel Gonçalves, A Guerra Civil de Espanha, Editorial Pensamento, 2ª Edição sl, sd.
- TOMÁS, Américo. *Últimas décadas de Portugal*, Vol.II, Fernando Pereira-Editor, Lisboa, sd.
- UBIETO, Agustín. *Génesis y desarrollo de España, Vol II. Diapositivas*, [Em linha], Instituto de Ciencias de la Educación, Saragoça, 1984. [Consult. 21.Abr.2008], disponível na internet em: < <http://clio.rediris.es/n32/atlas/130.jpg> >
- VAN BUREN, Mário. *La actividad naval durante la guerra civil española*, [Em linha]: *Revista de Marina*, Valparaíso - Chile, 1996. [Consult. 5.Nov.2007], disponível na internet em: <<http://www.guerracivil1936.com/web/>>

Notas

¹ O homicídio de Calvo Sotelo não constitui, como é habitualmente referido, a causa imediata do pronunciamento militar, dado que a data estaria já agendada para 19 de Julho. Este facto é corroborado pelo aluguer em Londres do avião civil que transportará Franco até Mellilla. Este aparelho descolará de Inglaterra a 11 de Julho, realizando escalas em França, Portugal e Marrocos até aterrar em Las Palmas a 18 de Julho.

² A situação particularmente difícil das forças sublevadas no início da guerra pode sintetizar-se nas palavras optimistas do 1º ministro Indalecio Prieto: “*No comprendo lo que buscan los rebeldes. Son unos insensatos, por dónde podría venir-le la salvación ?Tenemos en nuestro poder las ciudades de mayor importancia política, los núcleos industriales, todo el oro del Banco de España, inagotables reservas de hombres, La Esquadra, oyen ustedes ?; Tenemos la Escuadra!*”

³ Dos 772 oficiais da Armada Espanhola só 38 permanecerão fieis à República, Van Buren, “La actividad Naval durante la guerra civil española”, *Revista de Marina* (Chile), 1996, p 3.

⁴ Julgamos que uma análise da repartição e extensão dos massacres verificados não se enquadra no âmbito deste trabalho. A ferocidade verificada entre homens da Marinha, que pouco antes viviam sob mesmo tecto e se respeitavam mutuamente, escapa quiçá, à normal compreensão humana e realça bem o paroxismo de violência que constituiu a guerra civil espanhola.

⁵ O *destroyer Churruca*, colocado em Ceuta passa-se inicialmente para o lado sublevado, transportando ainda no dia 18, juntamente com uma canhoneira, dois tabores (batalhões) à costa andaluza. No regresso de Cádiz a tripulação do *destroyer*, estimulada pelos apelos radiotelegráficos de Madrid revolta-se passando de novo o navio para mãos governamentais.

⁶ A operação, grandemente improvisada na sua primeira fase, é habitualmente referida como a 1ª ponte aérea da história.

⁷ A operação decorre com o bombardeamento por aviões italianos do *destroyer Lepanto* que é obrigado a proteger-se em Gibraltar e a intercepção do *destroyer Alcalá Galiano* que, atacado por caças, baterias costeiras e pelos meios de protecção ao comboio se põe em fuga. Esta operação permite um transporte adicional de 1600 homens, constituindo um elemento de propaganda bastante explorado pela facção sublevada.

⁸ Tânger constitui à data território sob controlo internacional da Grã-bretanha, França, Espanha e Itália.

⁹ Serão enviados para Norte o couraçado *Jaime I*, dois cruzadores, seis *destroyers* e cinco submarinos, deixando o Estreito desguarnecido, com apenas dois *destroyers* e um submarino.

¹⁰ O cruzador pesado *Canárias*, baseado na classe *County* (inglesa), com quase 200 metros e 10.000 toneladas, rápido e bem armado, vai converter-se na mais célebre unidade da Marinha nacionalista. Manterá a sua actividade depois da guerra, sendo abatido apenas em 1975. O fornecimento de um estabilizador de tiro pela Marinha Portuguesa em Setembro de 1937 contribuirá para a sua rápida entrada em serviço.

¹¹ O regresso da esquadra republicana a Cartagena, não impedirá as temerárias incursões do *Canárias*. Mais veloz, com maior autonomia e melhor armado que os seus opositores operará em toda a costa levantina, chegando a bombardear Barcelona. Registrar-se-ão no entanto também alguns reveses nacionalistas como o combate naval ao largo do Cabo Cherchel (Argélia), disputado entre o cruzador *Baleares* que isoladamente enfrenta uma poderosa força republicana composta por 2 cruzadores e 4 *destroyers* que escoltava um comboio mercante. O combate, um dos mais encarniçados da guerra, saldou-se em graves danos para cruzador nacionalista que, após várias pedidos de auxílio à aviação nacional e ao cruzador *Canárias* que julgava perto, se retirou para Cádiz. A grande superioridade da marinha republicana neste confronto incentivará Franco a adquirir alguns *destroyers* italianos, mas Mussolini apenas acederá à venda de duas vetustas unidades rebaptizadas de *Ceuta* e *Melilla* e de dois igualmente desgastados “contratorpedeiros”. A fraca qualidade destes navios e as constantes avarias motivaram reiterados protestos do chefe de Estado-Maior da Armada Nacionalista, Almirante Cervera que o Governo italiano

procurará compensar com a incorporação de 4 submarinos “legionários”, unidades italianas com tripulações mistas e arvorando a bandeira espanhola.

¹² Em Novembro são torpedeados os cruzadores *Miguel de Cervantes* e *Mendez Núñez* ao que se junta a perda de três submarinos. Dois destes, (B-5 e C-5) afundar-se-ão em circunstâncias estranhas, especulando-se sobre eventuais actos de sabotagem da própria guarnição.

¹³ Perante o risco de internacionalização do conflito, a guerra civil em Espanha, vai constituir uma situação potencialmente explosiva para a política europeia. Por proposta de França, em Agosto de 1936, então governada pela única outra “Frente Popular” da Europa e igualmente receosa pelas tensões que o conflito estava provocar na sua política interna, é criado o Comité de não-Intervenção, solução inovadora para a época. Esta organização, coordenada essencialmente pela Inglaterra, acabará por integrar todos os países europeus com excepção da Suíça. Na prática, serão sempre as cinco grandes potências europeias que influenciarão as suas decisões e o utilizarão para a implementação dos seus interesses particulares. Perante as evidências, os resultados da “não-intervenção” acabarão por sagrar-se num rotundo fracasso.

¹⁴ No fim de Maio, submarinos italianos vendidos a Franco nos princípios de 1937 afundam o mercante *Ciudad de Barcelona* que transporta armamento soviético e voluntários internacionais, registando-se mais de 200 mortos. Os múltiplos incidentes produzidos pelas operações de bloqueio levam entretanto a que Alemanha e Itália se retirem no final de Julho do dispositivo de controlo. Perante o risco de escalada internacional será celebrado em Setembro o “Pacto de Nyon” em que as marinhas Francesa e a Inglesa são autorizadas a afundar qualquer submarino, aeronave ou navio de superfície que manifeste acções ofensivas sobre navios mercantes.

¹⁵ O incidente provoca 23 mortes e 73 feridos. Em represália a Marinha alemã bombardeia Almeria com uma flotilha composta pelo couraçado de bolso *Admiral Scheer* e quatro *destroyers*, provocando 19 mortes e 55 feridos.

¹⁶ O apoio militar soviético, para além do fornecimento de meios bélicos substanciais, caracterizar-se-á por uma assessoria de carácter fortemente dirigista e centralizador. Salientamos, no caso da Armada, o papel desempenhado pelo futuro Almirante de Esquadra Nicolai Kuznetsov.

¹⁷ Após os excessos iniciais, a Marinha republicana, sob comando do *Capitan de Corveta* Luís González Ubieta reintroduzirá a disciplina a bordo das unidades com abolição dos sovietes. Em 1938 serão já incorporados oficiais formados na “Escuela Naval Popular”, sediada em Cartagena, que irão ajudar a suprir os depauperados quadros de comando.

¹⁸ O torpedeado *Baleares*, sofre uma explosão num dos paióis a vante afundando-se em três horas após perder o terço da proa incluindo a ponte. A submersão dá-se à vista dos *destroyers* ingleses *Boreas* e *Kempelfelt* que conseguem recolher 435 náufragos. Sob fogo de aviação republicana, que produz vítimas num dos *destroyers*, deixarão por recolher inúmeros tripulantes. Perder-se-ão 788 vidas a maioria por afogamento, bastantes pela explosão inicial entre as quais o Contra-Almirante Vierna e todo o seu Estado-Maior. Posteriormente o comando republicano será severamente criticado pela perda de uma oportunidade decisiva para destruir o núcleo da esquadra nacional, mas a noite e a incerteza quanto à presença de submarinos levaram a que não quisesse arriscar as suas unidades num combate de consequências muito incertas. Dadas as claras limitações dos velhos *destroyers* comprados a Itália, o afundamento do *Baleares* pode estimar-se na perda de um terço do potencial bélico de superfície da Marinha nacionalista. Esta, apesar da importante derrota, terá a capacidade de introduzir o antigo mas recém reformado cruzador *Navarra* (ex-República) que, mesmo com inferiores características, lhe permitirá colmatar parcialmente a perda desta unidade.

¹⁹ Após a perda da região cantábrica pela República esta unidade tinha-se refugiado no porto francês de Havre para laboriosas reparações. O seu regresso será plenamente anunciado pela imprensa e o confronto tornar-se-á um momento propagandístico para ambas as Marinhas. O navio republicano procurará passar o Estreito dissimulado como *destroyer* inglês, mas infrutiferamente. O recontro é particularmente heróico, dada a desproporção de forças, sendo o navio republicano obrigado a refugiar-se em Gibraltar, gravemente danificado e com baixas importantes na guarnição.

²⁰ No início de Março de 1939, perante o deflagrar de uma revolta em Cartagena, Franco decide enviar uma força de desembarque a bordo de seis *ferries* significativamente escoltados. Por deficientes informações serão negligenciadas as poderosas baterias costeiras ainda em posse republicana, sendo por este motivo abortada a operação de desembarque, não sem que seja afundado o *ferry* Castillo de Olite, com 1223 homens pertencentes à 83ª divisão do corpo de exército da Galiza, que morrerão na totalidade.

²¹ Cervera Pery, *La guerra naval española*, San Martín, Madrid 1988, pp 130-131

²² O estado das forças armadas em Portugal tinha-se agravado progressivamente durante a 1ª República, em particular após a participação na 1ª guerra mundial. A Marinha, esteio do regime republicano nos primeiros anos, tinha perdido o seu protagonismo, fruto de uma radicalização progressiva dos seus elementos, mal acolhida pelos poderes republicanos. O núcleo essencial da esquadra tinha sido construído no final do século XIX e encontrava-se obsoleto no início dos anos 30.

²³ Ficará conhecido como “Programa Magalhães Correia”.

²⁴ Em finais de Julho, Salazar autoriza a passagem por território português de uma coluna de transporte de munições entre a Andaluzia e Castela para suprir o carenciado Exército de nacionalista que a norte de Madrid se encontra depauperado e com crescentes dificuldades de progressão. Na segunda metade de Agosto encontra-se documentada a presença no porto de Lisboa dos navios mercantes *Kamerun* e *Wigbert* provenientes de Alemanha que descarregam material bélico posteriormente transportado para a zona nacionalista.

²⁵ Após o 18 de Julho de 1936, o governo português determina o envio de vários navios a portos espanhóis com o objectivo de recolher refugiados de nacionalidade portuguesa e, segundo Maurício de Oliveira, também cidadãos brasileiros. O *destroyer Douro* escala os portos de Barcelona e Alicante entre 10 e 27 de Agosto evacuando civis de nacionalidade portuguesa. Em 10 de Outubro escolta o paquete *Niassa* que transporta a Tarragona refugiados republicanos espanhóis evadidos para Portugal após a conquista de Badajoz pelas tropas de Queipo de Llano. (O transporte e entrega de tropas e refugiados republicanos a portos controlados pela República constitui um aspecto muito pouco ou nada referido na generalidade das obras publicadas sobre Portugal e a guerra civil de Espanha. A entrega destes refugiados à facção nacionalista constitui por outro lado um dado bastante referenciado na historiografia). O *destroyer Lima* é enviado a 18 de Agosto para o norte de Espanha, escalando a base de Ferrol no mesmo dia e rumando posteriormente para os portos da Corunha, Santander, Bilbao e Vigo. Maurício de Oliveira no 1º volume da obra coeva a “A tragédia espanhola no mar” relata a recolha de quatro refugiados espanhóis nacionalistas, que no porto de Bilbao subrepticamente se aproximaram deste navio solicitando asilo, que lhes foi concedido. O incidente terá motivado fortes protestos das autoridades republicanas, com envio de um rebocador “cheio de milicianos armados” reclamando a entrega dos homens. Na sequência dos acontecimentos será recebido a bordo “com as honras devidas” o “comandante de Marinha de Bilbao” que reitera o pedido de entrega dos asilados, de novo sem sucesso. Concluindo o autor “E a vida dos refugiados salvou-se...”. Escalarão ainda portos espanhóis nos primeiros meses do Alzamiento a fragata *Afonso de Albuquerque* (comissão em Málaga em Agosto), o *destroyer Vouga* (Tânger final de Julho, Huelva, início Agosto e Alicante, Maio de 1937).

²⁶ Segundo informações enviadas pelo embaixador espanhol em Lisboa, o eminente historiador Dom Claudio Sánchez Albornoz, a 27 de Julho escalam a base aeronaval de Belém três hidroaviões que se abastecem de “bombas e combustível”. Esta colaboração terá continuado nos dias 29 (2 hidroaviões) e 1 de Agosto (2 hidroaviões). Em novo relatório enviado a 30, corrige a data da primeira presença para dia 28 e refere os números 533, 534 e 535.; in Fernando Rosas, *Portugal e a Guerra Civil de Espanha*, Ed. Câmara Municipal de Lisboa – Biblioteca Museu República e Resistência, Lisboa, sd. Segundo o historiador José Blanco Núñez, tratavam-se na realidade dos S-33, S-34 e S-35, em rota para Cádiz. O autor refere ainda que os hidroaviões se encontravam destacados em Marín sob comando do *alferez de navio* Ignacio del Cuvillo Merello, tendo descolado a 27 e após reabastecimento em Lisboa, chegado a Cádiz no mesmo dia. O relatório enviado pelo embaixador refere o abastecimento das aeronaves com “cem bombas” informação que o autor considera fantasiosa; in *Treinta y seis relatos de la Guerra de 36*, cord. Molina Franco, AF Editores, Valladolid, 2006.

²⁷ Dada a escassez de meios navais da Marinha sublevada, a sua maior prioridade será a rápida conclusão e aprontamento dos cruzadores *Canárias* e *Baleares*, em construção nos estaleiros militares de Ferrol. Perante a inexistência de directores de tiro, estes são retirados de baterias costeiras, registando-se no entanto a importante

limitação de não haver estabilizadores, fundamentais para o seu uso no mar. Blanco Núñez refere o envio do *teniente de navio* Mario Romero Abella a Lisboa, que em coordenação com Nicolás Franco Bahamonde, obtém da Armada Portuguesa um estabilizador giroscópico. O aparelho é de imediato transportado para o Arsenal Militar de Ferrol, onde chega a 23 de Setembro, quatro dias antes da saída para o mar do *Canárias*, que juntamente o *Almirante Cervera* se dirigirá para sul com a missão para controlar o Estreito.

²⁸ A extensão da infiltração comunista na Marinha pode ser avaliada, ainda que possamos admitir algum exagero, pelas palavras de Bento Gonçalves no relatório elaborado ao VII Congresso da Internacional Comunista (Julho-Agosto de 1935): «O trabalho no exército – B. G. deveria querer dizer trabalho nas Forças Armadas – é uma das linhas positivas do trabalho do Partido. Cerca de 20% dos efectivos do Partido são constituídos por marinheiros da marinha de guerra. O jornal «O Marinheiro Vermelho», do Partido é distribuído em 1000 exemplares entre os marinheiros. Em média, 700 jornais são integralmente pagos. Para compreender bem o valor destes números é preciso ter em conta que a Marinha de Guerra portuguesa é constituída por um total de 5000 homens.» in Domingos Abrantes; “1936 – Ano da «Revolta dos Marinheiros»”, *O Militante*; n° 284, Set/Out 2006.

²⁹ Expressões da circular confidencial do chefe do gabinete do Ministro da Marinha datada de 6 de Outubro de 1936, AM, Repartição do Gabinete, caixa 1496, in António J. Telo, *História da Marinha Portuguesa, Homens, Doutrinas e Organizações 1824-1974* (Tomo I), Academia da Marinha, Lisboa, 1999.

³⁰ António J. Telo, *op cit.*, p399

³¹ Manuel Domínguez Benavides, *La esquadra la mandan los cabos*, cit por Cervera Pery, *op. cit.*, p. 59